

Os dados do quadro 1 foram publicados pela Direção Geral do Emprego e Administração Pública (DGAEP) do Ministério das Finanças em 14-2-2020, portanto são recentes. São valores médios, portanto não se referem a cada trabalhador concreto, mas é a média de cada categoria, e são nominais, portanto antes dos descontos para o IRS, CGA ou Segurança Social, ADSE e antes também de deduzir o efeito corrosivo do aumento de preços que, entre 2016/2019, foi de 2,6% segundo o INE.

A primeira conclusão importante que se tira desses dados é que o aumento da remuneração base média mensal dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas no período 2016/2019 (+2,8%), resultante das progressões nas carreiras já foi praticamente “comido” pelo aumento de preços (+2,6%). Os trabalhadores da Função Pública ainda não conseguiram recuperar a enorme perda de poder de compra que sofreram durante o período da “troika” e do governo PSD que atingiu, em média -17% (*quadro 3, à frente*) e as progressões nas carreiras registadas a partir da reposição total dos cortes em Out.2016 não estão a contribuir efetivamente para essa recuperação como afirma o governo.

A segunda conclusão importante que se tira dos dados divulgado pelo Ministério das Finanças constantes do quadro 1, é que os aumentos determinados pelas progressões nas carreiras foram extremamente desiguais. Em várias categorias profissionais a variação da remuneração base média até foi negativa (*há mesmo uma categoria que atinge -19%*) como revelam os dados do Ministério das Finanças. Tal facto deverá ter resultado da substituição de trabalhadores mais velhos, devido à aposentação, por trabalhadores mais novos a quem o Estado paga remunerações mais baixas tal como fazem os patrões privados (na Administração Pública há contratação de trabalhadores precários a empresas de trabalho temporário a quem se paga 6,7€/hora por imposição do Ministério das Finanças, um ex. ADSE)

A 3ª conclusão prende-se com os ganhos médios mensais cujo aumento, neste período, foram superiores aos verificados nas remunerações base medias mensais. Este facto deve-se estar associado em grande parte à insuficiência de recursos humanos na maior parte dos serviços públicos que põem em causa o seu funcionamento normal. Para procurar colmatar esta falta extrema de trabalhadores, muitas instituições têm recorrido a horas extraordinárias, e muitos trabalhadores aceitam para assim compensar o enorme poder de compra perdido desde 2009. Isso acontece, por ex., na ADSE. Mesmo entrando com esse recurso maciço a horas para evitar o colapso dos serviços públicos verifica-se, como mostram os dados do Ministério das Finanças constantes do quadro 1 (*ver as últimas duas colunas à direita a amarelo*), uma variação negativa nos ganhos médios mensais, entre 2016 e 2019 e mesmo entre 2018 e 2019, de várias categorias profissionais.

A PERDA DE PODER DE COMPRA DA FUNÇÃO PÚBLICA DESDE 2009 NÃO ESTÁ A SER INVERTIDA

A Remuneração Base Média Mensal (RBMM) antes dos descontos (*antes da dedução para IRS, CGA/Segurança Social, ADSE*) e de deduzir o efeito corrosivo do aumento de preços é muito diferente da Remuneração Base Média Mensal líquida, ou seja, aquela que o trabalhador recebe após terem sido feitos todos os descontos. Outra coisa diferente é a variação do poder de compra dessa remuneração o que só se obtém deduzindo o efeito corrosivo do aumento de preços. São essas contas que se vai fazer para que se possa ficar com uma ideia clara do poder de compra que perdeu a Função Pública entre 2009 e 2019 e que ainda não recuperou. E os resultados obtidos constam do quadro 2.

A conclusões que se tiram do quadro 2 que se apresenta seguidamente, e que foi construído também a partir de dados divulgados pelo Ministério das Finanças, são essencialmente as seguintes: (1) Mesmo sem entrar com as deduções resultantes do enorme aumento de IRS e da contribuição para a ADSE, e entrando apenas com a subida verificada nos preços (IPC) que foi, segundo o INE, de 11,12% entre 2009 e 2019; repetindo, só entrando com o aumento de preços conclui-se que poder de compra da remuneração média mensal nominal dos trabalhadores da Função Pública era, em 2019, inferior à de 2009 em -7,4%, variando de categoria profissional para categoria profissional atingindo em algumas delas reduções -11,5% (médicos), -13,8% (SEF) e mesmo -26,9% (investigadores científicos); (2) Se entrar em conta com o enorme aumento verificado no IRS que, em grande parte, ainda não foi eliminado, e da contribuição para ADSE, o efeito sobre o poder de compra das remunerações dos trabalhadores das Administrações Públicas ainda foi mais devastador: em média reduziu o poder de compra, entre 2009 e 2019, em -17%, mas atingiu para determinadas categorias profissionais (as referidas anteriormente) -19,7%; -21,4% e mesmo -32,7% como revelam os dados do Ministério da Finanças.

Face às conclusões anteriores um aumento de 0,3% em 2020, como pretendia este governo, e tendo em conta que, de acordo com as próprias previsões do próprio governo, a taxa de inflação (IPC) em 2020 será de 1,4% (*pág. 49 do Relatório OE 2020*) só pode ser encarado como uma autêntica provocação e falta de respeito pelo trabalhadores das Administrações Públicas, essenciais para o bem-estar dos portugueses e para o desenvolvimento do país (saúde, educação, segurança social, serviços culturais, segurança pública, transportes, etc., etc.).

Quadro 2 – A variação do poder de compra dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas entre 2009 e 2019 com base nos dados de remunerações divulgados pelo Ministério das Finanças

CARGO / CARREIRA / GRUPO	REMUNERAÇÃO BASE MENSAL (RBMM) ILIQUIDA (antes de quaisquer descontos e de deduzir o efeito do aumento do IPC)				REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA LIQUIDA (após a dedução do IRS, CGA/Seg.Social, ADSE e IPC)		
	2009	2019	Out.2019 Deduzido apenas do efeito do aumento de preços (IPC) entre 2009 e 2019	2009/2019 (apenas se deduziu o efeito do aumento do IPC - preços e não da enorme subida da IRS e da ADSE)	2009	2019 a preços de 2009	Variação poder de compra 2009/2019
	outubro	outubro			outubro	outubro	%
Total	1 451 €	1 501 €	1 344 €	-7,4%	1 095 €	910 €	-17,0%
Dirigente superior:	3 953 €	3 834 €	3 431 €	-13,2%	2 510 €	1 880 €	-25,1%
Dirigente intermédio:	2 662 €	2 657 €	2 378 €	-10,7%	1 770 €	1 412 €	-20,2%
Técnico superior	1 656 €	1 648 €	1 475 €	-11,0%	1 217 €	990 €	-18,7%
Assistente técnico/administrativo (b)	912 €	926 €	829 €	-9,1%	743 €	634 €	-14,7%
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	622 €	682 €	610 €	-2,0%	538 €	521 €	-3,1%
Informático	1 732 €	1 781 €	1 594 €	-8,0%	1 256 €	1 044 €	-16,9%
Magistrado	4 855 €	4 930 €	4 412 €	-9,1%	2 986 €	2 308 €	-22,7%
Diplomata (d)	2 478 €	2 487 €	2 225 €	-10,2%	1 648 €	1 342 €	-18,6%
Pessoal de investigação científica	3 277 €	2 677 €	2 396 €	-26,9%	2 114 €	1 423 €	-32,7%
Docente ensino universitário	3 502 €	3 560 €	3 186 €	-9,0%	2 224 €	1 746 €	-21,5%
Docente ensino superior politécnico	2 940 €	3 146 €	2 815 €	-4,2%	1 926 €	1 579 €	-18,0%
Educ. infância e doc. ens. básico/secund.	2 012 €	2 071 €	1 854 €	-7,9%	1 419 €	1 175 €	-17,2%
Pessoal de inspeção	2 184 €	2 221 €	1 987 €	-9,0%	1 496 €	1 218 €	-18,6%
Médico	2 786 €	2 756 €	2 466 €	-11,5%	1 825 €	1 465 €	-19,7%
Enfermeiro	1 328 €	1 431 €	1 280 €	-3,6%	1 003 €	877 €	-12,5%
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 225 €	1 295 €	1 159 €	-5,4%	937 €	818 €	-12,7%
Técnico superior de saúde	1 855 €	1 866 €	1 670 €	-10,0%	1 327 €	1 076 €	-18,9%
Administração tributária e aduaneira	1 833 €	1 996 €	1 787 €	-2,5%	1 311 €	1 224 €	-6,6%
Conservador e Notário	3 555 €	3 879 €	3 471 €	-2,3%	2 257 €	1 902 €	-15,7%
Oficial dos registos e do notariado	1 894 €	1 906 €	1 706 €	-9,9%	1 354 €	1 099 €	-18,8%
Oficial de justiça	1 359 €	1 360 €	1 217 €	-10,4%	1 026 €	847 €	-17,4%
Forças Armadas	1 171 €	1 265 €	1 132 €	-3,4%	920 €	799 €	-13,1%
Polícia Judiciária	1 816 €	1 858 €	1 663 €	-8,4%	1 298 €	1 089 €	-16,1%
Polícia de Segurança Pública	1 404 €	1 425 €	1 275 €	-9,2%	1 046 €	874 €	-16,5%
Guarda Nacional Republicana	1 444 €	1 459 €	1 306 €	-9,6%	1 076 €	895 €	-16,8%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 078 €	2 002 €	1 791 €	-13,8%	1 444 €	1 136 €	-21,4%
Guarda prisional	1 028 €	1 038 €	929 €	-9,6%	828 €	702 €	-15,1%
Outro pessoal de segurança	1 120 €	1 170 €	1 047 €	-6,5%	879 €	760 €	-13,5%
Bombeiro	977 €	1 030 €	921 €	-5,7%	816 €	697 €	-14,6%
Polícia municipal (e)	964 €	1 037 €	928 €	-3,8%	786 €	701 €	-10,8%

AS CONTAS MAL FEITAS DE CENTENO E A TENTATIVA DE MANIPULAR E VIRAR A OPINIÃO PÚBLICA CONTRA OS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS. NO LUGAR DE UM AUMENTO DE DESPESA DE 524 MILHÕES € SEGUNDO O GOVERNO, A SUBIDA FOI DE 310,7 MILHÕES € EM 2019

Na campanha de manipulação da opinião pública para virar esta contra os trabalhadores da Função Pública e os imobilizar, o governo, nomeadamente o ministro das Finanças, utiliza valores não verdadeiros.

Em 2019, segundo o ministro Centeno o “descongelamento nas carreiras e as promoções” determinaram um aumento da despesa de pessoal em 540 milhões €; e a previsão para 2020 é um novo aumento de 527 milhões € (pág. 62 do Relatório do Orçamento para 2020). No entanto a verdade é muito diferente como mostram os dados do quadro 3 que foram calculados com base na informação sobre remunerações nas Administrações Públicas divulgada pela DGEP do Ministério das Finanças (quadro 3). Parece que o próprio ministro Mário Centeno não se entende com os seus serviços.)

Quadro 3 – Aumento da despesa com pessoal em todas as Administrações Públicas entre 2018/2019

ANO	Nº Trabalhadores	GMM	SBMM	DESPESA ANUAL
2018	698 522	1 719 €	1 469 €	16 461 369 452 €
2019	698 522	1 760 €	1 501 €	16 849 747 684 €
AUMENTO DE DESPESA BRUTA				388 378 232 €
DEDUÇÃO IRS - Taxa média 20%				77 675 646 €
AUMENTO DA DESPESA LIQUIDA EFETIVA APÓS DEDUÇÃO IRS QUE REVERTE PARA O ESTADO EM 2019				310 702 586 €
AUMENTO % DA DESPESA EFETIVA EM 2019				1,9%

Na verdade, o aumento na despesa efetiva de pessoal foi, em 2019, de apenas 310,7 milhões € segundo os dados do próprio Ministério das Finanças (DGAEP) e não de 524 milhões € como afirma o ministro Mário Centeno. O mesmo tipo de previsão enferma naturalmente o valor para 2020 – 540 milhões € segundo Mário Centeno - até porque muitas progressões na carreira acumuladas ao longo dos últimos anos foram feitas em 2019. Infelizmente este governo não olha a meios para alcançar aquilo que designa por “contas certas” mesmo que seja à custa da degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores das Administrações Públicas que lhe deviam merecer respeito.

Eugénio Rosa , edr2@netcabo.pt – 15-2-2020